

1 Introdução

Em 2008, quando João Ubaldo Ribeiro recebeu o Prêmio Camões¹, perguntaram-lhe os motivos que o levaram a ser agraciado com essa premiação. Prontamente, o escritor respondeu que ganhou o prêmio porque o merecia. Em outra ocasião², o autor disse que esse prêmio era o reconhecimento do seu papel na literatura de língua portuguesa.

Como o autoelogio não é bem visto na cultura brasileira, o escritor recebeu muitas críticas por suas respostas. Por conta disso, João Ubaldo escreveu a crônica "O dinheiro do prêmio"³, em réplica às várias censuras que lhes foram feitas pela sua "falta de modéstia". A seguir, a transcrição de um parágrafo do texto:

Portanto, claro que acho que mereço, embora não seja cabotino o suficiente para dizer por quê, a não ser que me perguntem. E, mesmo aceitando o prêmio e deixando implícito achar que o mereço, a situação ridícula ainda se estende, porque eu devia ter sido 'modesto', ou seja, balbuciado algo sobre minha abissal carência de méritos, de ser 'apenas' **issozinho** ou **aquilinho** e fazer a mais baixa apreciação possível de minhas duvidosas qualidades. Neste caso, as pessoas me ouviriam e comentariam: 'olha aí a falsa modéstia, é óbvio que ele não pensa assim, isso é ele fazendo gênero'. Aí eu não digo nada dessas coisas farisaicas, respondo também que ganhar o prêmio não foi surpresa - e, claro, corri e o bicho não comeu, mas fiquei e o bicho pegou. Imodesto, que coisa feia, que arrogância, que deselegância, devia pelo menos manter as aparências e por aí vai. (grifos meus)

Esse texto é interessante porque, além de expor aspectos culturais da nossa sociedade, apresenta elementos que motivaram o desenvolvimento desta pesquisa: os usos dos pronomes demonstrativos não contemplados pela gramática tradicional.

Segundo as gramáticas normativas, os demonstrativos não admitem derivação no grau aumentativo ou diminutivo⁴. João Ubaldo, contrariando as regras gramaticais, emprega "issozinho" e "aquilinho".

¹ O mais importante reconhecimento a autores de língua portuguesa, criado pelos governos do Brasil e de Portugal em 1988.

²Notícia encontrada em: <http://oglobo.globo.com/cultura/joao-ubaldo-ribeiro-ganha-premio-camoes-2008-3608286>. Acessado em 13/11/2013.

³ O texto se encontra, na íntegra, nos anexos.

⁴ Não há um consenso entre os gramáticos na distinção entre flexão e derivação. Há os que consideram que a flexão de grau, nos substantivos, se manifesta como aumentativo e diminutivo; há os que defendem os sufixos aumentativos e diminutivos como derivação. Segundo Basílio

Outro exemplo é o soneto de Vinícius de Moraes, "Aos de casa"⁵:

“Este caderno é meu. E é proibido
Arrancar “**issozinho**” do caderno.
Pra quem tiver a “ursada” cometido -
- caldeiras de aço líquido – no inferno!

Quem de “papel” tiver necessidade
Por “aperto” ou razões outras quaisquer
Há muitas papelarias na cidade
Ou cá na Gávea mesmo se quiser.

Mas bulir neste bloco eu não permito
Não façam tal “papel” porque eu me irrita
A cleptomania é um feio vício!

Não é usura não. A coisa é nossa
Temos o mesmo sangue, a mesma bossa:
- Somos oficiais do mesmo ofício.” (grifo meu)

Poderíamos cogitar que a construção do segundo verso com "issozinho" não passa de uma licença poética (permissão para extrapolar o uso da norma culta da língua). No entanto, o emprego de "issozinho" é frequente no discurso oral. Outro exemplo é o uso corrente de *essazinha* com valor depreciativo.

Rocha Lima (1972: 98) destaca que os pronomes são vazios de conteúdo semântico, adquirindo significado apenas no contexto linguístico em que são utilizados, não na sua própria expressão linguística, ou seja, não possuem autonomia referencial.

Segundo o autor, assim como em outras gramáticas tradicionais⁶, o que caracteriza fundamentalmente os pronomes demonstrativos é a sua função dêitica – indicam a posição dos seres, coisas e noções no espaço ou tempo em relação às três pessoas do discurso: *este, esta, isto* (1ª pessoa – âmbito do enunciador); *esse, essa, isso* (2ª pessoa – âmbito do interlocutor, leitor, destinatário); e *aquele, aquela, aquilo* (3ª pessoa – a não pessoa, ou seja, campo à parte do âmbito da 1ª e 2ª pessoas). *Isto, isso e aquilo* são verdadeiras formas neutras, não apresentam variação de gênero e de número.

(2004: 67) "o fato de a Nomenclatura Gramatical Brasileira considerar o grau como flexão é devido à influência da gramática clássica, mas apesar disso, a maior parte dos gramáticos de hoje tende a considerar o grau como derivação". Seguindo a proposta de Basílio, neste trabalho, o sufixo de grau diminutivo será tratado como derivação.

⁵ Poema registrado por Vinícius de Moraes para proteger seu caderno de registros pessoais.

⁶ Foram consultadas as obras de Bechara (2009), Cunha e Cintra (2007), Macedo (1991), Ribeiro (2010) e Rocha Lima (2011).

Além da função dêitica, também são mencionadas a função anafórica e catafórica dos demonstrativos para fazer referência a algo já mencionado (anáfora) ou que ainda será referido (catáfora) no discurso. Mas essas classificações não dão conta de outros empregos dos demonstrativos no discurso escrito e oral.

Consideramos, portanto, a falta de significação própria dos demonstrativos apenas no nível referencial, porque no plano semântico-pragmático vemos a possibilidade dos demonstrativos adquirirem um sentido próprio. É o que acontece, por exemplo, com "issozinho" e "aquilinho", utilizados na crônica de João Ubaldo. Da forma como foram usados, esses pronomes ganharam autonomia referencial, têm significação própria, não exercem função dêitica nem anafórica.

Podemos observar também que o "issozinho", empregado por João Ubaldo, e o "issozinho", usado por Vinícius de Moraes em seu poema, apresentam efeitos de sentidos diferentes. O primeiro transmite valor depreciativo, já o segundo indica tamanho, extensão.

Em relação à referência, o discurso oral é rico em exemplos em que a alusão não está nem no enunciado (anáfora e catáfora) nem na situação contextual (dêixis). Está fora do campo perceptivo dos interlocutores. Nesses casos, a referência se dá por remissão ao conhecimento compartilhado. Como por exemplo⁷:

- (1) Joana, encontrei *aquela* livro que eu queria.
- (2) Ele só pensa *naquilo*. (conotação sexual)

Nas duas ocorrências anteriores, os demonstrativos *aquela* e *aquilo* foram empregados, respectivamente, para evocar um referente situado num conhecimento específico e na memória cultural partilhados pelos interlocutores.

Outro emprego, fora da demonstração propriamente dita e sem qualquer referência discursiva, ocorre quando nos despedimos de alguém usando a frase “aquele abraço” – “aquele” não está demonstrando, está funcionando como um qualificador.

⁷ As orações (1) e (2) foram elaboradas para exemplificar o uso dos demonstrativos nesses casos. Todos os exemplos e dados utilizados, em toda a pesquisa, seguem a sequência numérica iniciada aqui.

Além desses empregos, outra questão que vem sendo observada há tempos é a substituição do sistema ternário (*este, esse, aquele*) pelo binário (*esse, aquele*). A posição entre os valores proximais da 1ª pessoa (*este*) e os valores distais da 2ª pessoa (*esse*) está praticamente neutralizada na fala, estendendo-se à escrita, em muitos casos⁸. Há diversos estudos que comprovam isso (Castilho, 2008 / Marcuschi, 1997). Essa variação, porém, não será objeto de estudo desta pesquisa. É citada, aqui, a fim de chamar a atenção para o fato de que o emprego dos pronomes demonstrativos vem sofrendo mudanças.

Essas mudanças, no entanto, não se reduzem à substituição do sistema ternário pelo binário. Estendem-se, também, aos vários casos em que os demonstrativos atuam com funções que vão além da dêitica e anafórica.

Num pequeno levantamento, feito em livros didáticos de língua portuguesa, voltados para o ensino da língua materna⁹ e para o ensino de PL2-E¹⁰, observamos que essas obras¹¹ abordam apenas o emprego dêitico dos demonstrativos. Inclusive, nos livros de PL2-E, a fim de reforçar a função de indicação espacial, os demonstrativos são apresentados juntos com os advérbios de lugar (este **aqui**, esse **aí**, aquele **ali** / **lá**).

Vemos, deste modo, que o ensino dos demonstrativos, nos livros didáticos, está restrito, apenas, às normas gramaticais, desconsiderando os elementos extralinguísticos que cooperam para outras possibilidades de uso.

⁸ Na avaliação de Fiorin (2002:267-268), a transição de um sistema tricotômico para um dicotômico vem alterando a doutrina tradicional, que recomenda o uso de *este* em função catafórica (que, ao anunciar o que será dito, indica algo que ainda está na situação de enunciação), de *esse* em função anafórica (que, ao assinalar o que acabou de ser dito, ainda está na situação de enunciação) e de *aquela*, em função anafórica (que sinaliza o que foi dito há algum tempo e que está em outro contexto). Para Fiorin, é a perda da distinção entre *este* e *esse* em função dêitica que leva à neutralização dessas formas em função anafórica, tornando o sistema dicotômico, e levando ao uso indistinto de *esse* e *este* para retomar o que se acabou de dizer. No entanto, assevera Fiorin, há casos marcados onde dificilmente se usaria *esse* no lugar de *este*: a retomada de dois termos, em que *este* se refere ao que foi dito por último e *aquela* ao que foi dito primeiro; a oposição entre *este*/ *aquela* iniciada pela conjunção coordenativa alternativa *ou* e, assim também, a retomada por enumeração em que o anafórico remete somente ao último membro da série.

⁹ Foram analisadas coleções que englobam o Ensino Fundamental e Médio: *Português para todos* (Ed. Scipione), *Português Linguagens* (Ed. Atual) e *Tudo é linguagem* (Ed. Ática).

¹⁰ Sigla cunhada pela professora Rosa Marina de Brito Meyer (2004, PUC-RJ), que significa Português como Segunda Língua para Estrangeiros.

¹¹ As obras consultadas foram: *Bem-vindo!* (Ed. SBS), *Falar... Ler... Escrever Português* (Ed. E.P.U.), *Novo Avenida Brasil 1* (Ed. E.P.U.) e *Português básico para estrangeiros* (Ed. Yale University Press).

1.1 Justificativa

Reduzir o ensino dos demonstrativos a um quadro funcional ternário (este, esse, aquele), cuja função maior é a localização espacial, gera, pelo menos, duas consequências: a primeira delas seria a privação do aluno nativo de refletir sobre as diversas regularidades de emprego dos demonstrativos em sua própria língua (no caso do aluno de PL2-E também seria um aprendizado sem reflexão). A segunda seria a de invalidar certos usos legítimos, mas tidos como incorretos pela gramática normativa, por não se considerar os contrastes reais entre as formas nos diferentes condicionamentos, como os traços de afetividade (apreciação e depreciação), por exemplo.

Creemos que um ensino produtivo dos demonstrativos, tanto para o falante nativo como para o aprendiz estrangeiro, não deveria restringir-se ao que é imposto pela gramática prescritiva.

A respeito do ensino de PL2E, Meyer (2013: 13) defende que:

No ensino de Português como Segunda Língua para Estrangeiros (PL2E), cada vez mais toma-se a consciência de que, além das questões estritamente linguísticas, verbais e gramaticais, são hoje as questões culturais - e, mais do que isto, os aspectos interculturais - que necessitam de identificação, observação, pesquisa e análise. Só a partir de uma abordagem interculturalista - sem abandonar o foco na forma, claro - se poderá contribuir de forma efetiva para um ensino eficaz de PL2E, aquele que permitirá que o aprendiz não apenas produza sentenças do português corretas, mas também adequadamente contextualizadas, e empregadas por um falante que se comporte socialmente de forma também adequada.

Entendemos, portanto, que é importante apresentar o leque de possibilidades de uso dos pronomes demonstrativos nos mais diversificados contextos de produção. Dessa forma, o aluno terá condições de apreender as possíveis intenções do falante ao optar por uma forma ou outra, além de compreender as alterações semânticas implicadas em cada escolha.

Os poucos exemplos já citados são suficientes para propor a multifuncionalidade dos pronomes demonstrativos, pois desempenham funções que ultrapassam aquelas prescritas pela gramática tradicional. Logo, há a necessidade de descrever o que de fato ocorre com essas formas em relação ao uso

efetivo da língua e o que é imposto pela norma gramatical. Daí a justificativa da pesquisa.

1.2 Hipótese

Mediante o exposto acima, foram levantadas as seguintes hipóteses: (i) o emprego dos pronomes demonstrativos seria regulado não só pelas normas da língua padrão, mas também por outros fatores externos, de ordem semântico-pragmática e fatores subjetivos; (ii) esses elementos extralinguísticos influenciariam o falante / escritor na eleição ou rejeição de determinadas formas demonstrativas; (iii) essas formas seriam utilizadas não somente para demonstrar a situação concreta real (campo mostrativo), mas também as atitudes (sentimentos) pessoais do falante / escritor em relação ao que foi dito / escrito.

Nesse sentido, veríamos ampliada a multifuncionalidade dos demonstrativos. Além das funções dêitica e anafórica (domínio concreto de sentido), teríamos o emprego dos demonstrativos funcionando a serviço de necessidades expressivas (domínio mais abstrato e subjetivo). Além disso, em alguns contextos, veríamos os pronomes demonstrativos adquirindo sentido próprio (autonomia referencial).

Assim, são os princípios da teoria funcionalista da linguagem que conduzirão esta pesquisa. De acordo com a concepção funcionalista de língua, a gramática não pode ser entendida sem referência a parâmetros como cognição e comunicação, processamento mental, interação social e cultura, mudança e variação, aquisição e evolução. A gramática funcional embora analise a estrutura gramatical, inclui na análise toda a situação comunicativa: o propósito do evento de fala, seus participantes e seu contexto discursivo (Moura neves, 1997: 3).

1.3 Objetivos

O objetivo geral do trabalho é a descrição e a análise dos variados usos e valores semântico-pragmáticos dos pronomes demonstrativos do português brasileiro. A partir desse plano geral, temos como objetivos específicos: (i)

categorizar os pronomes demonstrativos de acordo com seus possíveis usos e (ii) fornecer subsídios para o desenvolvimento de material didático destinado ao ensino de PL2E.

1.4 Organização do trabalho

Além da introdução, este trabalho possui mais quatro capítulos. O segundo capítulo apresenta um resumo do percurso histórico dos demonstrativos. Também aborda a visão das gramáticas prescritivas, das descritivas e de algumas pesquisas linguísticas sobre a referida categoria. No terceiro, são oferecidos os conceitos teóricos e metodológicos que fundamentam esta pesquisa. Prosseguindo, o quarto capítulo é destinado à análise dos dados. Para concluir, o quinto capítulo traz as considerações finais. Ao final, constam as referências e os anexos.